

O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2021



O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

O direito enquanto fenômeno multidimensional 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito enquanto fenômeno multidimensional 3 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-362-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.627211908>

1. Direito. 2. Leis. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner
Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL 3**, coletânea de vinte capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito das famílias; estudos em meio ambiente, justiça e sustentabilidade; estudos em inovações tecnológicas, direito e sociedade; estudos em direito e suas inter e transdisciplinaridades; e outras temáticas.

Estudos em direito das famílias traz análises sobre fidelidade recíproca, indenização, proteção da intimidade e privacidade de crianças e adolescentes, princípio da afetividade e processo de mediação em conflitos de família.

Estudos em meio ambiente, justiça e sustentabilidade aborda questões como tutela do meio ambiente, construção normativa, defensoria pública, cemitérios privados e impactos ambientais.

Em estudos em inovações tecnológicas, direito e sociedade são verificadas contribuições que versam sobre inteligência artificial, ética e internet

Estudos em direito e suas inter e transdisciplinaridades possibilita colaborações sobre direito, história, literatura, cinema, psicologia e filosofia.

No quinto momento, outras temáticas, temos leituras sobre globalização, pluralismo jurídico, indicações geográficas, escola, presunção de inocência, processo administrativo, princípio da fungibilidade e previdência.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A FIDELIDADE RECÍPROCA DOS CÔNJUGES E A POSSIBILIDADE DE CABIMENTO DA CLÁUSULA INDENIZATÓRIA POR TRAIÇÃO, NO PACTO ANTENUPCIAL

João Márcio Pinto Paulon

Letícia Lourenço Sangaletto Terron


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119081>

CAPÍTULO 2..... 13

FAMÍLIA: SEU PAPEL NA PROTEÇÃO DA INTIMIDADE E PRIVACIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS REDES SOCIAIS

Anna Carolina Cudzynowski

Jorge Shiguemitsu Fujita

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119082>


CAPÍTULO 3..... 26

PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE MULTIPARENTALIDADE E A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

Amanda Aparecida Martins Belo

Agatha Resende Lopes

Wagner Felipe Macedo Vilaça

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119083>

CAPÍTULO 4..... 39

ENTRE AFAGOS E SILÊNCIOS: O QUE FALAM AS MEDIADORAS DE CONFLITOS DE FAMÍLIA SOBRE O PROCESSO DE MEDIAÇÃO?

Jéssica Aparecida Alves Simon


Gabriela Rieveres Borges de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119084>

CAPÍTULO 5..... 51

TUTELA DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL


Antonio Martelozzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119085>

CAPÍTULO 6..... 65

A CONSTRUÇÃO NORMATIVA DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Antonio Martelozzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119086>

CAPÍTULO 7..... 72

A LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A TUTELA DO O MEIO AMBIENTE: ATUAÇÃO COLETIVA EM PROL DOS NECESSITADOS

Jaime Leônidas Miranda Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119087>

CAPÍTULO 8..... 84

A CULTURA DE MORTE NO BRASIL: OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR CEMITÉRIOS PRIVADOS


Maurício Casanova
Carolina Camilotti Cavalcânti
Eduarda Bavaresco Dall Agnol
Jean Felipe dos Santos Martins
Mônica Giusti Rigo
Lilian Hanel Lang
Germano Alves Lima
Gustavo Wentz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119088>

CAPÍTULO 9..... 97

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA A MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO VISANDO MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL


Oscar Francisco Alves Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6272119089>

CAPÍTULO 10..... 113

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO: IMPLICAÇÕES ÉTICAS SOBRE A SUA APLICABILIDADE E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE


Tereza Rodrigues Vieira
Lilian Cristina Pinheiro Goto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190810>

CAPÍTULO 11..... 127

INOVAÇÕES E AVANÇOS DO DIREITO: TÓPICOS AVANÇADOS, ATUAIS E EMERGENTES


Gricyella Alves Mendes Cogo
Alana Coutinho Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190811>

CAPÍTULO 12..... 135

DA EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DA FRAGILIDADE DESSAS INOVAÇÕES PERANTE OS PERIGOS DA INTERNET


Mateus Catalani Pirani
Matheus Torres de Almeida
Daniel Stipanich Nostre







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190812>


CAPÍTULO 13..... 146

REFLEXÕES TEÓRICAS E ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A PESQUISA EM HISTÓRIA DO DIREITO

Marta Regina Savi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190813>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 14..... | 161 |
| A LINHA DE PESQUISA DIREITO E LITERATURA: EVOLUÇÃO TEÓRICA DOS ESTUDOS | |
| Raimunda Alves Batista Campos | |
| Larissa Aparecida dos Santos Claro | |
| Mônica Figueiredo de Sousa Lemes | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190814 | |
| CAPÍTULO 15..... | 174 |
| O CINEMA ENQUANTO FENÔMENO FOMENTADOR DA INTEGRAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA, FILOSOFIA E O DIREITO | |
| Ronaldo Blecha Veiga | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190815 | |
| CAPÍTULO 16..... | 188 |
| A GLOBALIZAÇÃO SOB O ENFOQUE DO PLURALISMO JURÍDICO | |
| Paulo Cesar de Lara | |
| Gislaine Cunha Vasconcelos de Mello | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190816 | |
| CAPÍTULO 17..... | 203 |
| INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: ANÁLISE DO REGIME NACIONAL E INTERNACIONAL | |
| Emi Silva de Oliveira | |
| Raimundo Gomes da Silva Junior | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190817 | |
| CAPÍTULO 18..... | 216 |
| PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA ESCOLA PÚBLICA | |
| Maria Cristiane Lopes da Silva | |
| Nahiana dos Santos Araújo | |
| Jessica Araujo da Silva | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190818 | |
| CAPÍTULO 19..... | 229 |
| EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO | |
| Lucas Andre Prado Vasconcelos | |
| Maressa Fontoura Coelho | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190819 | |
| CAPÍTULO 20..... | 246 |
| A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE COM ALUSÃO AOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE NA LIDE PREVIDENCIÁRIA | |
| Gine Alberta Ramos Andrade Kinjo | |
| Rita de Cássia Oliveira Santos | |
| Marcus Antonius da Costa Nunes | |

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62721190820>

| | |
|---------------------------------|------------|
| SOBRE O ORGANIZADOR..... | 260 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 261 |

Data de aceite: 02/08/2021

Maria Cristiane Lopes da Silva

<http://lattes.cnpq.br/7777226877281609>

Nahiana dos Santos Araújo

<http://lattes.cnpq.br/8662522907493285>

Jessica Araujo da Silva

<http://lattes.cnpq.br/5545328743469261>

Trabalho apresentado na II Convenção Americana de Justiça Restaurativa nos dias 28 e 29 de novembro de 2019, na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com o título “A Experiência das Práticas Restaurativas na Escola Pública Estadual de Fortaleza”.

RESUMO: O presente estudo tem a finalidade principal apresentar algumas narrativas dos docentes inseridos nas escolas da rede pública estadual cearense, que desenvolvem ações de cunho restaurativo por meio de abordagens de processos circulares fundamentados nos princípios da justiça restaurativa para fortalecer a Educação, para manter a paz e para promover a construção de vínculos colaborativos no âmbito escolar. Objetiva-se refletir que percepções os(as) docentes apresentam sobre suas experiências educativas pautadas nos valores das práticas restaurativas com os discentes. Quanto ao caráter qualitativo, este trabalho tem a seguinte trajetória metodológica: pesquisa exploratória e bibliográfica; diário de campo e entrevista semiestruturada. Dentre os achados da pesquisa exploratória, percebem-se alguns

pontos relevantes: os (as) docentes reconhecem a importância das práticas restaurativas no contexto escolar; há uma receptividade positiva por parte dos(as) professores(as), dos(as) alunos(as) e funcionários(as), embora ainda haja dificuldades para a implementação das práticas restaurativas no contexto das escolas. No intuito de preservar o sigilo e a confiança dos(as) entrevistados(as), optou-se por utilizar nomes fictícios dos participantes e das escolas. Destacam-se, neste ensaio, breves discussões sem fins conclusivos, mas com caráter reflexivo sobre o tema para suscitar trabalhos posteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Docente. Educação para Paz. Práticas Restaurativas.

RESTAURATIVE PRACTICES AT SCHOOL: TEACHERS' PERCEPTIONS

ABSTRACT: The present study aims to present some narratives of the teachers inserted in the public schools of the state of Ceará, who develop actions of a restorative nature, through approaches of circular processes based on the principles of restorative justice to strengthen education for peace and construction of collaborative bonds in the school environment. The objective is to reflect what perceptions teachers have about their educational experiences based on the values of restorative practices with students. Qualitative in nature, this work has the following methodological trajectory: exploratory and bibliographic research; field diary and semi-structured interview. Among the findings of the exploratory research, there are some relevant points: the teachers perceive the importance of restorative practices in the school context; there is a positive receptivity on the part

of teachers, students and staff and they have difficulties in implementing restorative practices in the context of schools. In order to preserve the confidentiality and trust of the interviewees, it is decided to use fictitious names of the participants and schools. In this essay, we highlight brief discussions without conclusive ends, but with a reflective character to give rise to later works.

KEYWORDS: School. Peace education. Restorative Practices.

1 | INTRODUÇÃO

A ampliação do número de ocorrências de jovens envolvidos em práticas infracionais, o aumento da violência sofrida e ocasionada dentro das escolas e a forma de como são tratadas as situações pelos professores têm demonstrado um modelo de manejo de conflitos ineficiente, pelo menos que não satisfaz as pessoas envolvidas no problema.

Como a escola representa um espaço privilegiado de sociabilidades, com um dinamismo intenso no convívio social, permeado por diversidades, não seria estranho perceber que surgem relações de convergências e divergências, fazendo aflorar processos sociais que unem e separam a comunidade escolar. Conforme Simmel (1983), é nesse entrelaçamento ambíguo de relações que a socialização vai se constituindo, que as interações vão acontecendo e as pessoas acabam crescendo socialmente.

Para Dayrell (2007), a escola ocupa um lugar de socialização da juventude, um local sócio-cultural complexo de interações e tensões sociais, ou seja, “Nela ocorre uma complexa trama de relações de alianças e conflitos entre alunos e entre estes e os professores” (Idem, p. 1121). Um ambiente de normas e disciplinas que orientam os valores e as posturas que são aceitas ou não no conjunto das relações. Tensões e conflitos são constituídos nesse processo, e eles mobilizam e transformam o espaço social.

Ao abordarmos sobre conflito, temos o diálogo como um importante aliado no processo de autoconhecimento e conhecimento do outro. As ações pedagógicas são ensinadas e aprendidas diariamente em nossos sistemas sociais, sejam eles familiares, comunitários, religiosos ou outro sistema ao qual adequamos. Posto isso, as relações vão se construindo pelo diálogo, fomentando o clima amistoso e ao mesmo instante divergente. Trata-se de uma ambiguidade que fortalece e faz com que as mudanças significativas aconteçam, uma educação voltada para a paz, ou melhor, que promova unidade nos contrários diante da diversidade (SIMMEL, 1983).

Então, educar para paz representa auxiliar na afirmação do conhecimento do ser e de sua forma de agir em sociedade, como, também, em relação à educação emocional para transformar conflitos em oportunidade de crescimento. Uma paz que não representa inércia e tampouco o oposto da guerra, mas “a transformação dos valores de uma cultura de guerra e violência para valores de uma Cultura de Paz e Não-Violência” (DISKIN; ROIZMAN, 2002, p.08)

Nesta lógica, as práticas restaurativas chegam às escolas estaduais cearenses

como formas de contribuir com as ações pedagógicas no manejo dos conflitos, no sentido de fortalecer a cultura de paz¹. No sentido de encontro participativo que prioriza o diálogo e o envolvimento de todos na discussão das situações conflitivas, com colaboração e responsabilização.

Neste intuito, objetiva-se refletir sobre que percepções os (as) docentes apresentam sobre suas experiências educativas pautadas nos valores das práticas restaurativas com os discentes. No entanto, este trabalho não almeja apresentar estudos conclusivos, mas suscitar reflexões para reflexões posteriores.

21 ESCOLA: CONFLITOS ESCOLARES, VIOLÊNCIA E PRÁTICAS RESTAURATIVAS

O trabalho realizado pelo professor deve ter em sua abordagem uma base dialógica, por meios de vivências baseadas nas pronúncias das palavras em compreender e em ser compreendido, desenvolvendo competências emocionais e socioeducativas, para, assim, se construir relacionamentos saudáveis. Nas palavras de Paulo Freire:

(...) autosuficiência é incompatível com o diálogo, se alguém não é capaz de sentir-se e ver-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: Há homens que, em comunhão, buscam saber mais (FREIRE, 1988, p.81).

O cotidiano escolar envolve alunos, professores, gestores e demais funcionários em rotinas, que vão desde a responsabilidade com a instrução formal e curricular de crianças e adolescentes até a necessidade de tratar de situações de conflito inerentes a esse cotidiano, que podem, inclusive, culminar em violação de direitos.

Entendendo a escola pública como representação do Estado, a instituição deve ser protagonista na Proteção Integral à infância e à adolescência, especialmente com a obrigação legal e moral de garantir o direito à educação, como preceitua o dispositivo constitucional em seu mais amplo significado (BRASIL, 1988).

Assegurar à criança e ao adolescente “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” é função social da escola, que deve atender a esses mandamentos, que são o próprio exercício efetivo e seguro do direito à educação (BRASIL, 1990).

De acordo com Abramovay (2004), os estabelecimentos educacionais estão em áreas de risco, de vulnerabilidade social, e apresentam os mais diversos tipos de conflitos

1 Entendendo a cultura de paz de acordo com o que diz a Declaração da Organização das Nações Unidas – ONU, em seu Artigo 1º: “ Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: [...] No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; [...] No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; (...) No compromisso com a solução pacífica dos conflitos; [...]” (ONU, 1999, p. 03). Disponível em: <<http://www.comite-paz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>>.

e violências: questões de territorialidade, racismo, preconceito, discriminação por condição social, homofobia, agressões verbais, xingamentos, ofensas, desrespeito, ameaças, intimidação, *bullying*, brigas, agressões físicas, tráfico de drogas, questões de gênero, furtos, danos ao patrimônio, violências sexuais e uso de armas. Todos esses conflitos no contexto escolar impactam diretamente na rotina e na qualidade do ensino, refletindo negativamente na escola, nas famílias e nas comunidades.

Esta teoria salienta que tais ‘impactos’ causam inúmeras consequências, dentre as quais: evasão, reprovação, desmotivação e até falta de criatividade dos professores, que, frequentemente, faltam ao trabalho, solicitam transferências de escolas ou até abandonam a profissão. São situações que ultrapassam os limites escolares e geram no imaginário social os dilemas da insegurança e do medo, como afirma uma professora:

Muitas vezes fico receosa de chegar aqui à escola, quando venho ainda na rua e vejo alguma movimentação fora do comum já fico com medo, meu coração dispara [uma pausa], assim fico pensando que devo buscar outra escola, pedir minha transferência, sei lá, fico com medo mesmo dessa insegurança na cidade, e até mesmo dentro da escola [...] muitos dos nossos alunos acabam desistindo da escola porque são proibidos de andar em certos locais (PROFESSORA 1, Escola 4, 27 de julho de 2019).

Este relato confirma as consequências expostas por Abramovay que os docentes acabam sendo desmotivados a continuar suas atividades em determinadas escolas, tendo que optar por solicitar sua transferência para outros espaços, perpetuando-se um clima de temor e de cultura do medo.

Na pesquisa realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/2016)², sobre violência nas escolas de Fortaleza, observou-se que as maiores ocorrências naquele ano nas escolas foram ameaças, brigas, *cyberbullying*, discriminação, pichação, roubos/furtos e xingamentos.

Esta pesquisa, que faz parte do Programa de Prevenção à Violência na Escola, também indica que 05 (cinco) entre 10 (dez) jovens já foram agredidos nas escolas. Indica ainda que pelo menos 02 (dois) entre 10 (dez) jovens atestam já terem visto armas nas escolas. Esses dados são considerados preocupantes, pois demonstram certa banalidade da convivência com estados de violência extremos.

Nesse mesmo levantamento, outros aspectos também foram pontuados, como: falta de infraestrutura adequada, gestão escolar intolerante, ausência de diálogo e sensação de desproteção, significando tipos de violências que interferem diretamente no contexto escolar saudável.

É nessa complexidade do chão da escola pública que chegam estratégias que possibilitam diálogos colaborativos entre os sujeitos escolares como forma de contribuir com a administração dos conflitos escolares.

2 Maiores detalhes em Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=diagnostico-participativo-das-violencias-nas-escolas-falam-os-jovens>>

[...] para se poder afirmar o discurso do diálogo, impõe-se, portanto, não somente o fortalecimento das instituições escolares, como também a afirmação do espaço social multicultural como o reconhecimento do conflito como potencialmente criador de laços sociais. [...] (SANTOS, 2001, p.111).

Sob essa concepção dos conflitos que adentram nas práticas restaurativas no âmbito escolar, necessita-se de uma ferramenta para lidar com os conflitos e prevenir a violência, considerando os princípios da justiça restaurativa que se apresenta como uma concepção distinta da cultura punitiva tão presente nas instituições escolares.

Construir ações pedagógicas voltadas para o foco da responsabilização diante das situações conflitivas comunga com a janela da disciplina social de Mc Could e Ted Wachtel quando aduz que a justiça restaurativa é aquela que tanto oferece a disciplina quanto o apoio para sua realização, contribuindo para o entendimento dos indivíduos que violaram as relações de convivência. Conforme Zehr (2015), trabalhar respeitando essa ótica de responsabilização, restauração e reparação dos danos, possibilita o fortalecimento dos vínculos, das relações rompidas, das necessidades e dos sentimentos fragilizados.

Nesta perspectiva, necessita-se de um olhar mais humanizado, uma escuta qualificada e empática entre docentes e discentes, que em muitas ocasiões são atos inviabilizados pelo dinamismo das atividades cotidianas que os distanciam provocando certos desconfortos, e até a violência, como diz Almeida (2009, p. 23):

Os desafios que se apresentam à escola, hoje, surgem não só devido àquilo que não conseguiu cumprir, mas também às novas e diferentes transformações que estão se operando na sociedade atual. Aqui se inclui o tema em questão – a violência –, cabendo à escola pensar e refletir sobre os fenômenos sociais que têm surgido com maior intensidade.

Conforme Charlot (2002), a violência manifesta-se por três formas: a violência na escola, a violência à escola e a violência da escola. A primeira diz respeito a fatores que não estão ligados diretamente às atividades de natureza escolar, como disputa por território entre facções. Nesse caso, a escola é apenas o local em que ocorre esse tipo de violência, mas pode acontecer em qualquer outro local. Já a violência à escola se refere aos atos ligados diretamente à atividade escolar, da instituição escola, como a depredação do patrimônio dentro da escola, vandalismo agressão e insultos a professores e funcionários. Essa violência constitui ações direcionadas à escola e às pessoas que a representam. Por fim, a violência da escola é a violência institucional simbólica, que os jovens toleram pela forma como são tratados pelos adultos dentro da instituição.

Como afirma Abramovay (2005), a violência na escola remete a questões específicas de seu espaço, mas também tem a ver com as condições objetivas do território, do espaço social em que se situa, “A violência “da” escola ocorre “na” escola e “dentro da escola”, mas pode ser que ultrapasse os muros do estabelecimento” (Idem, p. 20).

Por assim dizer, as práticas restaurativas chegam às escolas como um mecanismo que possibilita diálogo, um viés de gestão colaborativa dos conflitos, prevenindo a violência

e considerando o conflito uma dimensão transformativa, por meio da utilização dos círculos de construção de paz³ e mediação de conflitos⁴. Comungando com essa perspectiva, Abramovay (2018, p. 18) salienta que “os jovens afirmam que sentem falta de ser ouvidos e de dialogar com os adultos, que deveriam considerá-los fundamentais no processo ensino-aprendizagem”. Essas práticas conseguem oportunizar vez e voz dos estudantes, tornando-os protagonistas de suas próprias responsabilidades e tomadas de atitude.

Na perspectiva da Justiça Restaurativa, segundo Zehr (2008), a percepção a respeito do delito faz surgir um ‘novo olhar’ sobre o crime, que ofende fundamentalmente a pessoa e as relações sociais, melhor dizendo:

[...] o crime é uma violação de pessoas e relacionamentos. Ele cria obrigação de corrigir os erros. A justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança (ZEHR, 2008, p. 171).

Portanto, Justiça Restaurativa, para Zehr (2015), significa um conjunto de princípios e valores que embora abarque diversas práticas, não deixa de ser uma filosofia alternativa diferenciada de perceber as ofensas. A Justiça Restaurativa não é algo novo, tampouco se originou nos Estados Unidos, seus princípios partem de tradições culturais e religiosas antigas. Todavia, a partir de 1970, muitos esforços e movimentos foram influenciados por esses valores milenares, propagando-se em diversas esferas da sociedade.

Para além do manejo do conflito ou da violência já instalada, os princípios da Justiça Restaurativa podem ser utilizados como formas de prevenção desses fenômenos. Quando utilizadas nesse intuito, falamos em práticas restaurativas.

Práticas restaurativas é o nome que se dá a um conjunto de metodologias de resolução positiva de situações de conflitos, violência e atos infracionais (estes também compreendidos como violência). Elas têm como objetivo central a restauração, oportunizando o entendimento sobre as motivações e as necessidades que geraram os conflitos e os atos violentos ou infracionais, restaurando as relações entre as pessoas envolvidas e seu sentimento consigo, além de reparação de patrimônio. Suas normas podem ser aplicadas no âmbito comunitário, podendo ocorrer em espaços como Conselho Tutelar, Núcleo de Mediação Comunitária, Escolas, Associações Comunitárias e nos espaços em que elas se organizam. As práticas restaurativas empoderam a comunidade para manejar positivamente seus conflitos, distribuindo responsabilidades e promovendo justiça (TERRE DES HOMMES, 2013).

Por outro lado, Zehr (2015, p. 62) enfatiza que existem abordagens, modelos

3 Entendendo “os círculos de construção de paz criam um espaço em que todas as pessoas, independente de seu papel, podem estender a mão um para o outro como iguais e conseguem reconhecer a interdependência mútua na batalha para viver de um modo bom” (BOYES-WATSON, 2001; 2008 in PRANIS, 2014, p. 275).

4 Partindo do princípio que a “mediação, método dialógico de resolução de conflitos, consiste na intervenção de um terceiro, pessoa física, independente, imparcial, competente, diligente e escolhido em consenso, que coordena reuniões conjuntas ou separadas para que as pessoas envolvidas em conflitos construam conjuntamente a melhor e mais criativa solução” (BRAGA NETO, 2010, p. 19).

que considera dentro das práticas restaurativas, como “os encontros vítima-ofensor, as conferências de grupos familiares e os processos circulares”. Apesar de possuírem características próprias, tais práticas estão cada vez mais se mesclando e sendo propagadas em diferentes espaços. Entretanto, cabe ressaltar que ao nível das escolas pesquisadas, o que prevalece são os processos circulares, especificamente os círculos de construção de paz. Por assim dizer, as práticas restaurativas tratadas neste estudo focam tais círculos.

Destarte, algumas experiências com as práticas restaurativas se desenvolvem no cotidiano de certas escolas públicas, com o intuito de possibilitar o diálogo participativo, o manejo dos conflitos e a prevenção da violência, apesar de que muitos desafios e dilemas precisam ser vencidos no cotidiano das escolas, como pode ser observado em relatos dos docentes que constam neste trabalho.

3 | METODOLOGIA

O cunho metodológico priorizou-se pela pesquisa de natureza qualitativa, haja vista que esta significa uma abordagem que valoriza a subjetividade dos sujeitos do fenômeno; ou seja, “o pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p. 21).

A trajetória escolhida embasou-se na pesquisa exploratória em seis escolas estaduais localizadas em Fortaleza, no estado do Ceará, que utilizam alguma abordagem restaurativa nos seus cotidianos, sejam estas práticas os círculos de construção de paz ou até simples manejos de conflitos pautados nos princípios da justiça restaurativa. Os interlocutores entrevistados foram um (uma) docente que atua com a prática restaurativa, em especial os processos circulares configurados nos círculos de construção de paz. Além dessas ferramentas, utilizou-se o diário de campo para registrar as observações realizadas.

A escolha desses conjuntos de instrumentais intenciona-se para uma aproximação mais intensa do objetivo proposto. Como argumenta Gil (2002, p. 21), significa “determinar com precisão os procedimentos que serão adotados para a obtenção de respostas significativas”. Dessa maneira, possibilita um arcabouço de técnicas que se completam na busca do objeto pretendido com maior precisão.

A trilha metodológica focou-se em dois momentos articulados: um de caráter teórico com o estudo dos autores indicados na bibliografia, a partir dos fichamentos das leituras; e o outro pela pesquisa exploratória no contexto escolar, utilizando a combinação dos instrumentais metodológicos ora relatados.

Dessa forma, pretendeu-se com esse percurso chegar o mais próximo do objeto de forma precisa e clara, evitando incorrer erros e ferir o rigor científico e metodológico necessários para um trabalho consistente (BOURDIEU, 2007).

4 | ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA

Diante da pesquisa realizada, cabe lembrar que as reflexões exigidas não devem ser apreciadas como resultados conclusivos. Comungando com Bourdieu (2007), não é fácil deixar as pré-noções do próprio pesquisador sem que não haja vestígios das suas concepções anteriormente formuladas. Por isso, não deixa de ser desafiador pesquisar um fenômeno em que as pessoas que investigam estão, de certa forma, envolvidas.

Sob os achados observados, os(as) docentes percebem a importância das práticas restaurativas no contexto escolar, pois acreditam que potencializam o diálogo entre estes e os educandos, com escuta e conversa mais qualificadas:

As práticas restaurativas ajudaram muito a gente, né? Isso fez com que aprendêssemos a ter uma escuta mais ativa, [...] uma fala mais pacífica, outra forma de olhar o outro, com uma olhadinha empática, não só aqui na escola, mas para a vida da gente mesmo. Na nossa escola começamos fazendo um trabalho devagarinho, com os círculos de diálogo e depois que fomos trabalhando com os círculos restaurativos nas situações de indisciplina, claro que sempre levando em conta o espaço [o momento... Sabe? que temos, porque tudo por aqui é muito dinâmico (PROFESSORA 1, Escola 5, 29 de março de 2019).

Essa fala da professora mostra a percepção positiva das práticas restaurativas no ambiente escolar; contudo, não deixa de apresentar os limites quando ela faz referência à questão do espaço. A respeito disso, Zehr (2015) diz que as instituições escolares estão desenvolvendo as abordagens restaurativas de acordo com as suas possibilidades, “as abordagens utilizadas no contexto pedagógico devem necessariamente se moldar aos contornos do ambiente escolar” (Idem, p. 59). São adaptações que muitas vezes são necessárias para que tais práticas aconteçam sem prejudicar o processo.

No que se refere à receptividade dessas abordagens, em várias entrevistas compreende-se uma acolhida positiva por parte dos (as) docentes, nas quais relatam as suas experiências com os(as) alunos(as) e funcionários(as).

Aqui na escola participamos eu e um outro professor do curso ofertado pela SEDUC em 2017 sobre os círculos de construção de paz e mediação de conflitos. O professor que foi comigo (ele foi no seu dia de folga) não tinha nada, ele não tinha nada de bônus na escola, ele ia ao dia de folga dele, mas ele ia, a gente ia toda sexta-feira para o curso, que aconteceu em uma outra escola [...], foram alguns meses e as temáticas que nós tratamos lá no curso, elas me ajudaram, elas me ajudaram [uma pausa] enquanto coordenadora da escola, elas me ajudaram enquanto uma pessoa que participava de uma dinâmica de escola, com mais de mil alunos, as práticas restaurativas me ajudaram enquanto pessoa, sabe? Ajudou-me a ter sensibilidade para outras questões na escola, [...] desenvolvendo essa prática com os alunos ouvi depoimentos incríveis, do tipo “tia, gostei muito do círculo”, “agora consigo perdoar aquela menina ouvindo-a falar no círculo” [...] foram muitas coisas, muitas falas tocantes. Até com o pessoal da limpeza consegui fazer um círculo restaurativo devido a um probleminha que aconteceu, um conflito entre

eles mesmos, e você nem imagina como eles gostaram, até pediram de novo [...], mas que pena que não temos uma ação voltada só para isso, falta mais pessoal a ser qualificado na escola (PROFESSORA 1, Escola 6, 25 de julho de 2019).

Esse relato sugere reflexões assertivas em relação à receptividade da comunidade escolar e demonstra que os(as) alunos(as), como as demais pessoas que fazem parte da escola, revelam um certo grau de satisfação, chegando a solicitar outros momentos. No entanto, não basta somente essa recepção calorosa, precisa-se instrumentalizar, capacitar mais pessoas para garantir uma satisfação mais ampla e democrática. Convergindo com essa concepção, Almeida (2009) argumenta que as escolas necessitam de instrumentos eficazes para a restauração das relações interpessoais de maneira a possibilitar o “direito a ter direitos”.

Apesar de a percepção dos docentes ser extremamente favorável com relação ao desenvolvimento das práticas restaurativas no espaço da escola, eles também identificam dificuldades para a implementação no dia a dia de sua dinâmica. Um dos aspectos mais mencionados refere-se à ausência de uma proposta consolidada dentro do próprio currículo escolar, ou até a um apoio institucional em que se deseja um alargamento mais extensivo nessa prática pedagógica.

A proposta é muito boa, mas ainda não chegou em toda a escola, aqui só tem meu trabalho, precisa que seja algo maior, que todos da escola ‘comprem’ essa ideia, que trabalhem por essa casusa (PROFESSORA 1, Escola 2, 28 de março de 2019).

Acredito que muitas atitudes já vêm mudando as escolas, mas é preciso mais, os nossos alunos e nossas alunas estão precisando, principalmente, oportunizar que eles mesmos sejam protagonistas da gestão dos seus próprios conflitos, deixar um pouco de lado a cultura meramente punitiva (PROFESSOR 1, Escola 3, 28 de março de 2019).

Como argumentam Abramovay, Silva e Figueiredo (2018, p. 18), “os jovens afirmam que sentem falta de ser ouvidos e de dialogar com os adultos, que deveriam considerá-los atores fundamentais no processo ensino-aprendizagem”. Isto significa dizer, a partir da fala do professor 1, que há necessidade de oportunização do protagonismo dos(as) alunos(as) diante do manejo dos conflitos, saindo da lógica da punição, que fecha o diálogo e a participação, para o sentido da restauração que abre ao diálogo colaborativo. Em muitas situações conflituosas torna-se viável trazer o(a) aluno(a) para resolver(em) os seus próprios problemas, com o foco na responsabilização, reparação e restauração dos vínculos e das interações sociais.

Desse modo, foge-se da unilateralidade do poder levantada por Zehr (2008), na qual há uma concentração demasiada de poder sem levar em consideração as pessoas envolvidas. Na escola isso pode acontecer na medida em que passam a envolver os(as) alunos(as) para as discussões dos conflitos, deixando os estudantes exercerem

sua autonomia e protagonismo, levando-os à reflexão do seu papel diante da situação problemática, bem como a maneira que eles se comportam e do que precisam assumir para restaurar o dano cometido.

Convergingo nessa perspectiva, Dayrell (2003) questiona certas atitudes com os jovens no contexto escolar, que simplesmente adotam medidas que inviabilizam diálogos, amortecendo o sujeito ativo que deveriam ser os(as) estudantes no processo escolar. Todavia, em alguns casos as escolas renegam ao segundo plano, adotando medidas que não solucionam a questão; pelo contrário, só prolongam e/ ou intensificam o problema, desconsiderando sua relevância.

No que concerne ao relato da professora da escola 2, sobre a proposta das práticas restaurativas, ainda não chegaram com toda a potencialidade nas escolas, que apenas um pequeno grupo de docentes utilizam a proposta nas suas ações pedagógicas. O que isto nos faz pensar? O que estaria em questão? Que apesar de a proposta ser bem aceita pela maioria dos(as) docentes, ainda não se consegue que as práticas restaurativas tenham uma maior expressividade nas escolas. Ainda não atendem a comunidade escolar em um sentido mais amplo; pelo menos, perceberam-se essas reflexões em alguns relatos observados nas escolas. Tais indagações merecem melhores discussões que neste estudo não foram realizadas, valendo destacar os estudos e as pesquisas posteriores para aprofundamentos das questões aqui apresentadas e discutidas.

Por assim dizer, as considerações dos (as) docentes, de maneira geral, são bastante plausíveis quanto à utilização das práticas restaurativas nas escolas, apesar de a prática mais desenvolvida serem os círculos de construção de paz, principalmente o círculo de diálogo. Embora os professores percebam inúmeros dilemas e desafios, ainda se acreditam que os princípios da justiça restaurativa no ambiente das escolas podem fazer uma importante diferença e corroborar, considerável e positivamente, com as ações de uma educação para a paz, fundamentadas no diálogo e na busca incessante de saber lidar com os problemas no cotidiano escolar. Como afirmam Martins, Silva e Almeida (2019, p. 148), isto

significa atrair a comunidade escolar para vivenciar o processo de diálogo, responsabilização e construção da cidadania, em uma perspectiva mais significativa e de empoderamento, que faz sentido e gera resultados surpreendentes para a atmosfera educativa.

Em outras palavras, as práticas restaurativas nas instituições escolares suscitam um grau de satisfação e participação significativa dos (as) docentes, ainda que não tenham alcançado grandes proporções em todas as escolas e em todos (as) práticas educativas; porém, nos espaços em que são utilizadas, são vistas como referência assertiva na condução dos diálogos sobre os problemas enfrentados e no manejo dos conflitos.

51 CONCLUSÃO

Refletir sobre a experiência dos princípios da justiça restaurativa no contexto escolar, por meio da utilização de algumas práticas que acontecem em determinadas instituições públicas da esfera escolar, significa entender seus limites e suas possibilidades diante das percepções dos (as) docentes nas suas práticas escolares.

Tais práticas estas vêm contribuindo de alguma forma para o manejo dos conflitos e, principalmente, com a facilitação do diálogo para potencializar a educação para a paz e para a não violência, em que os (as) professores (as) dessas realidades pesquisadas reconhecem como prática importante no universo que atuam. Apesar de as dificuldades e os desafios inviabilizarem sua utilização, acredita-se que um trabalho pautado em uma ótica distinta da punição e de coerção faz toda a diferença no ambiente das escolas.

Por fim, não há como negar, diante das falas pesquisadas, que o paradigma da justiça restaurativa promove resultados significativos para os (as) docentes, em uma construção de olhares diferentes perante as situações conflitivas; ou seja, é um “trocar de lentes” que faz crescer e amadurecer certas posturas e comportamentos. Contudo, não há como negar os desafios que essas lentes enfrentam no espaço escolar permeado por uma cultura punitiva e coercitiva diante dos problemas cotidianos.

Dessa forma, adotar princípios que rompem essa cultura requer uma caminhada constante que não acontece de uma hora para outra, é um processo de mudança gradual exigindo uma entrada na essência do currículo e nas ações da própria comunidade escolar. Com diálogo e escuta no manejo dos problemas de maneira colaborativa e na tomada de decisões com responsabilização compartilhada, reparação sensibilizada e restauração consciente, tudo se torna mais possível e menos desgastante. Com isso, obtém-se a solução de problemas e de conflitos com resultados satisfatórios mantenedores da melhor convivência na comunidade escolar e para a vida social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; SILVA, Ana Paula da; FIGUEIREDO, Eleonora. *Guia para estudantes: reflexões e práticas sobre violência e convivência escolar*. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, BID, 2018.

_____. Coord. *Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens.* Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Ana Paula da Silva, Luciano Cerqueira. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2016.

_____. et al. *Escolas de Paz*. Brasília: UNESCO; Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

_____. (Org.). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: UNESCO, 2005.

_____. RUA, M. G. *Violência nas escolas: versão resumida*. Brasília: UNESCO Brasil; Rede Pitágoras; Instituto Ayrton Senna; Unaid; Banco Mundial; Usaid; Fundação Ford; Consed; Undime, 2004.

_____. CUNHA, A. L.; P.P. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: RITLA/SEEDF, 2009.

ALMEIDA, Sinara Mota Neves de. *Avaliação da Violência no Espaço Escolar e Mediação de Conflitos*. 2009. Tese de Doutorado. Disponível em < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5893>. Acesso em 09 set. 2020.

_____. *Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens*. Rio de Janeiro. 2016.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. *No coração da esperança: guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção de paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.

BRAGA NETO, Adolfo. Mediação de conflitos: princípios e norteadores. *Revista da Faculdade de Direito UniRitter*. Porto Alegre, n. 11, p. 29-46, 2010.

BRASIL. Constituição de República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 29 out. 2020.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 28 out. 2019.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias [online]*. 2002, n.8, pp.432-443. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222002000200016>>. Acesso em 17 set. 2020.

DAYRELL, Juarez T. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 22 jun. 2020.

_____. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura Gorresio. *Paz, como se faz? semeando cultura de paz nas escolas*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/raef/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2020.

MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. Tradução de Cristina M. V. França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. edições Vértice, 1987.

MARTINS, Ana Lyvia Aragão; SILVA, Maria Cristiane Lopes da; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. Justiça restaurativa e mediação: benefícios e desafios no contexto escolar. *Revista Ciências da Sociedade*, vol. 3, nº 6, p.126-150, jul/ dez, 2019.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. *Revista Educação e Pesquisa*, vol. 27, n. 1, enero-junio, 2001, pp. 105-122.

SIMMEL, Georg. *A natureza sociológica do conflito* in Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo, Ática, 1983.

TERRE DES HOMMES. *Prevenindo a violência e promovendo a justiça juvenil restaurativa: justiça juvenil restaurativa e práticas de resolução positiva de conflitos*. Fortaleza: Terre des hommes, 2013.

UNICEF. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Governo do Estado do Ceará. *Trajetórias interrompidas: Homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis cidades do Ceará*. Fortaleza, 2017. Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/media/1261/file/Trajetorias_interrompidas.pdf> Acesso em: 03 jan. 2020.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Método, 2008.

ZEHR, Howard. *Justiça restaurativa*. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2015. (Série Da Reflexão à Ação).

_____. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. Tradução de Tônia Van Acker. – São Paulo: Palas Athena, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 25, 31, 114, 124, 133, 170, 218, 227

Afetividade 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37

C

Cemitérios privados 84, 85, 86, 90, 94

Cinema 22, 125, 174, 183, 186, 187

Construção normativa 65, 66, 67

Criança 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 114, 124, 130, 131, 133, 170, 180, 218, 227

D

Defensoria pública 60, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83

Direito 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 99, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 132, 136, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 210, 211, 214, 215, 218, 224, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260

E

Escola 20, 22, 41, 58, 63, 97, 144, 148, 149, 199, 201, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 227, 228, 260

Ética 41, 44, 99, 108, 112, 113, 148, 164, 176, 185, 186, 187, 198

F

Família 2, 3, 4, 5, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 37, 38, 39, 41, 48, 50, 60, 78, 86, 168, 179, 183, 249, 258

Fenômeno 14, 19, 29, 42, 44, 104, 137, 138, 155, 163, 165, 174, 190, 191, 200, 222, 223, 239, 249

Fidelidade recíproca 1, 2, 4, 8, 9, 11

Filosofia 149, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 198, 221

Fungibilidade 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

G

Globalização 14, 19, 24, 100, 135, 137, 138, 144, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202

H

História 40, 91, 117, 123, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 171, 176, 177, 180, 183, 190

I

Impactos ambientais 57, 84, 85, 87, 96

Indenização 2, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 249

Inocência 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Inteligência artificial 97, 98, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126

Internet 1, 2, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 117, 118, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 180, 181, 205

Intimidade 13, 14, 21, 22, 23, 24, 41, 89, 118, 120, 129, 130, 238

L

Literatura 26, 40, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 260

M

Mediação de conflitos 39, 41, 42, 44, 49, 50, 221, 223, 227, 228

Meio ambiente 15, 17, 18, 24, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 105, 115, 260

Multidimensional 79, 99

P

Pluralismo jurídico 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Previdência 246, 247, 249, 259

Processo administrativo 212, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 239, 240, 241, 242, 243

Proteção 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 31, 32, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 94, 115, 117, 120, 124, 126, 136, 141, 142, 143, 168, 169, 170, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 235, 236, 242, 246, 248, 249, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 259

Psicologia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 174, 175, 176, 177, 180, 183, 184, 185, 186, 187

T


Tutela 22, 24, 31, 41, 51, 54, 56, 61, 62, 63, 64, 66, 70, 72, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 190, 197, 203, 209, 210, 214, 252, 253, 256, 257



O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL





3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br